

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Está aberta a Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos.

Estes dias nacionais não são uma mera rotina, constituem marcos temporais em que assinalamos aquilo que valorizamos enquanto comunidade.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem é a carta de princípios orientadora da nossa República, da nossa vida em comunidade e da organização da nossa sociedade.

As últimas cinco décadas testemunham a expansão dos direitos humanos e da democracia em todo o mundo.

Mas este processo de promoção dos Direitos Humanos nunca é, bem entendido, um processo linear. É sempre um combate com avanços e recuos, que exige aperfeiçoamentos e uma vigilância permanente por parte dos Estados de Direito, das organizações da sociedade civil e de todos os humanistas.

São muitos e dramáticos os exemplos recentes que nos fazem compreender que a causa dos Direitos Humanos nunca é um dado adquirido.

Nesse sentido, o Prémio anual Direitos Humanos da Assembleia da República, criado já no final do século XX, em 1999, é um

incentivo para todos aqueles que se distinguem na defesa dos direitos humanos neste novo milénio.

Atribuímos hoje, Dia Nacional dos Direitos Humanos, o Prémio Direitos Humanos 2015.

Cabe-me agora dar a palavra aos laureados. Mas peço aos presentes e aos próprios que não o faça sem antes deixar umas breves mas sentidas palavras de saudação pelo trabalho e pelos projetos que têm desenvolvido.

Os galardoados deste ano foram a Plataforma Global de Assistência Académica a Estudantes Sírios e a Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

A Plataforma dos Estudantes Sírios é uma magnífica iniciativa do Dr. Jorge Sampaio que já conseguiu obter 40 bolsas de estudo no ensino superior português.

Na Síria, gente como nós, viu a sua vida destruída pela repressão e pela guerra, e é da mais elementar justiça criarmos condições de solidariedade internacional que permitam acolher o maior número possível de refugiados e ajudar estas pessoas a reconstituir a sua vida familiar ou a prosseguir o seu estudo.

O direito à vida e a uma vida com futuro deve ser, de facto, um direito universal.

Outro dos galardoados é a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, que conta já com um trabalho de décadas em prol dos

deficientes das Forças Armadas, vítimas em particular da guerra colonial.

O exercício de funções militares não é um exercício qualquer. É um ato que implica grande entrega, riscos e sacrifícios pessoais e familiares.

É dever do Estado honrar aqueles que servem e serviram nas suas Forças Armadas, em especial os deficientes das Forças Armadas.

Premiar a Associação dos Deficientes das Forças Armadas é uma decisão justa para as vítimas de uma guerra injusta.

Muito obrigado pela vossa atenção e pelo vosso trabalho. Têm a palavra os galardoados.